Energia Decisão do CNPE determina que Eletronuclear e BNDES demonstrem viabilidade econômico-financeira de manter construção

Conselho manda atualizar estudos de obras de Angra 3

Giordanna Neves
De Brasília

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determinou que Eletronuclear e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atualizem e complementem estudos sobre a viabilidade econômico-financeira da conclusão da usina de Angra 3, no Rio de Janeiro. A medida foi aprovada pelo CNPE nesta quarta-feira (1º). A informação foi antecipada pelo **Valor** na semana passada. A Eletronuclear, de economia mista, é a empresa responsável por operar as usinas termonucleares.

Esses estudos deverão contemplar diferentes alternativas para o futuro do empreendimento: a manutenção do acordo firmado entre a Eletrobras e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar, holding que controla a Eletronuclear), que prevê a participação de um sócio privado; a possibilidade de concluir a obra exclusivamente com recursos públicos, por meio da ENBPar e da União; e até mesmo o abandono definitivo do projeto, com detalhamento dos custos e dos impactos para todas as partes envolvidas.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que ainda neste ano será tomada uma decisão sobre a conclusão da usina nuclear. Ele disse ter solicitado, de forma informal, ao BNDES que os estudos complementares sejam entregues antes da próxima reunião do CNPE, em menos de um mês.

"Eu destaquei a necessidade de urgência para que seja entregues estudos complementares para tomarmos uma decisão segura sobre Angra 3", disse após a reunião do CNPE.

O ministro reiterou que o conselho decidiu direcionar ao BNDES a responsabilidade de concluir e rever a tarifa da usina nuclear, passo determinante para avançar na decisão final sobre a continuidade das obras. O ministro já se declarou diversas vezes ser favorável à retomada do projeto.

Técnicos do Ministério de Minas e Energia (MME) entenderam que uma lei de 2021 que estabelece regras para o setor elétrico brasileiro prevê comando legal para a continuidade das obras. O tema, contudo, não é consensual e gera divergências de interpretação.

A lei 14.120, de 2021, estabelece que compete ao CNPE autorizar a outorga para a exploração da usina termelétrica nuclear Angra 3. Também compete ao conselho autorizar a celebração do contrato de comercialização da energia elétrica produzida pelo empreendimento, "com abocada de sua garantia física, bem como dos custos de remuneração do capital, tributários, administrativos e de natureza operacional, aos usuários finais de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN)".

Os estudos sobre a viabilidade do projeto são necessários devido ao acordo de conciliação firmado entre a Eletrobras e a União. Esse acordo aumentou de sete para dez o número de assentos no conselho de administração da empresa, com a inclusão de três representantes da União, e modificou a participação da Eletrobras no setor nuclear.

Técnicos do governo apontam também que, do ponto de vista orçamentário, a continuidade das obras é mais vantajosa. Um estudo produzido pelo BNDES estima que o custo para abandonar o projeto de Angra 3 pode passar de R$ 21 bilhões. O abandono implicaria custos elevados, incluindo pagamento de dívidas com bancos, multas contratuais, indenizações a fornecedores e ressarcimento de benefícios tributários já usufruídos, além das despesas com a desmobilização, considerando que equipamentos já foram adquiridos, entre outros investimentos.

Por isso, o montante seria praticamente o mesmo de se concluir o empreendimento, que custaria R$ 23 bilhões, entretanto, sem gerar energia elétrica.

ALEXANDRE CASSIANO

Obras da usina de Angra 3: estimativas apontam que abandonar a obra custa quase o mesmo que concluí-la

> Decisão sobre a conclusão da usina será tomada neste ano, segundo Alexandre Silveira

Leilão bilionário de petróleo fica mais próximo

De Brasília

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) autorizou nesta quarta-feira (1º) a 3ª Pré-Sal Petróleo (PPSA), estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), realizar o leilão em campos de Mero, Atapu e Tupi. A medida poderá gerar arrecadação de R$ 14,8 bilhões para o governo federal em 2025. Este valor já foi incorporado ao Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, no qual a equipe econômica do governo federal atualiza suas projeções de arrecadação e gastos.

O leilão permitirá que os direitos e obrigações da União nessas jazidas sejam transferidos a investidores privados, respeitando as condições previamente estabelecidas com os consórcios operadores. A medida também define os parâmetros técnicos e econômicos do certame, incluindo o preço mínimo que a PPSA deve observar.

"Adiantamos leilão de Atapu, Mero e Tupi, de áreas fora do polígono do pré-sal, que poderão representar mais de R$ 10 bilhões este ano, aliviando e cumprindo metas fiscais", disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, logo após a reunião do CNPE.

O secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Renato Dutra, afirmou que o leilão pode gerar, ao longo do tempo, ganhos adicionais de R$ 6 bilhões para a União, além dos "mais de R$ 10 bilhões" previstos para este ano.

Dutra explicou que lei aprovada pelo Congresso Nacional neste ano criou um arcabouço jurídico que permitiu a realização do leilão em áreas ainda não contratadas, o que possibilitou ao governo prever R$ 14,8 bilhões no Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

O secretário apresentou ainda que a legislação também dá incentivos positivos ao permitir que o governo, junto com os participantes, ganhe recompensas por ter superado as premissas estabelecidas no leilão. "[Nesse caso], a gente faria jus também a uma renda adicional", disse o secretário, referindo-se aos R$ 6 bilhões ao longo do tempo.

Como mostrou o **Valor**, o certame está previsto para ser realizado no dia 4 de dezembro, na B3, em São Paulo. Com esse cronograma, existe a possibilidade de parte da receita só ser contabilizada em 2026, justamente o ano em que o governo estabeleceu uma meta fiscal mais exigente, de superávit de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta deste ano é de déficit zero. *(GN)*

Confiança empresarial sobe pela 1ª vez em 4 meses

Alessandra Saraiva
Do Rio

Após três recuos consecutivos, o Índice de Confiança Empresarial (ICE) subiu 0,5 ponto em setembro, para 89,9 pontos, informou na quarta-feira (1º) a Fundação Getulio Vargas (FGV). No entanto, longe de representar retomada no humor do empresário, a taxa positiva significa apenas "calibragem" após quedas sucessivas, segundo Aloísio Campelo Jr., pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação.

"Podemos entender que foi mais uma acomodação do que resultado favorável", disse Campelo. No entendimento dele, os empresários de diferentes setores ainda tiveram percepção em setembro de que há sinais de desaceleração da atividade econômica, no horizonte — e, com isso, possibilidade de demanda menor, no ritmo de negócios.

O técnico detalhou que o leve aumento foi impulsionado basicamente por discreta melhora nas respostas relacionadas ao momento presente. O Índice de Situação Atual (ISA) subiu 1,1 ponto para 93,8 pontos enquanto o Índice de Expectativas (IE) caiu 0,3 ponto, para 85,9 pontos, de agosto a setembro. Esses são os dois componentes do ICE Lembrou.

Dois fatores ajudaram na melhora do ISA. O primeiro foi discreta melhora na demanda atual, principalmente em setores como serviços. Todos os quatro segmentos usados para calcular o ICE tiveram alta na confiança, mas a de serviços foi mais forte. De agosto para setembro, a FGV aponta altas de 0,1 ponto na confiança da indústria; de 1,9 ponto na de serviços; de 1,6 ponto na do comércio, e de 0,7 ponto na da construção.

Além disso, o cenário mais claro a respeito da nova política tarifária dos Estados Unidos tamb ém ajudou a melhorar confiança, principalmente no setor industrial. Após a implementação pelo governo Donald Trump das tarifas de importações, o governo brasileiro adotou uma série de medidas paliativas para diminuir impacto nos negócios.

Assim, afirmou Campelo, há maior previsibilidade entre empresários de como o cenário atual, de tarifas americanas, afetará ritmo de negócios e demanda, no Brasil. "Existe só um 'efeito indireto' [nas expectativas] de se saber mais sobre os efeitos do 'tarifaço'" disse. "O impacto [do 'tarifaço'] não foi tão disruptivo", afirmou.

No entanto, ao ser questionado se o índice poderia voltar a subir, o especialista foi cauteloso. "Acho difícil prever, mas não espero que caia até o fim do ano", disse. Ele pondera que os empresários que recebem sinais de atividade mais fraca, no momento. No entanto, algumas setores são cíclicos, lembrou, e o ritmo de desaceleração na atividade opera de forma diferenciada, dependendo do setor. Alguns operam de forma mais rápida, e outros, mais lenta — como é o caso de serviços, comentou.

Campelo lembrou de outro fator. O próximo ano é de eleições, o que sempre aquece mais economia. E há perspectiva de redução na taxa básica de juros (Selic), que norteia juros de mercado. Atualmente, a Selic está em 15% ao ano, maior patamar desde 2006. Quando opera em menor nível, a Selic baixa estimula consumo e, por consequência, favorece maior atividade econômica. Isso pode elevar as expectativas do empresariado, calculadas para elaboração do ICE e, com isso, impedir novos recuos. "Mas acho difícil sair dessa faixa em torno de 90 pontos" comentou. Em seu entendimento, a pontuação do índice não deve muito nos próximos meses.

Comércio em PAUTA

CNC SESC SENAC 80

Informativo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Sesc e do Senac

ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA NO COMÉRCIO É A MAIOR DOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, APONTA CNC

A atividade comercial brasileira segue crianado empregos em ritmo consistente, mas enfrenta um gargalo na contratação de profissionais para funções específicas. De acordo com levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 57% das principais ocupações do comércio apresentaram indícios de escassez de mão de obra em julho de 2025 – a maior incidência desde 2020.

Entre agosto de 2024 e julho de 2025, o setor abriu 321,5 mil vagas formais, saldo positivo de admissões sobre desligamentos. No entanto, a CNC estima que seria necessária a criação de 110 mil postos adicionais para neutralizar a pressão sobre os salários e equilibrar a relação entre oferta e demanda de trabalhadores.

Para o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, o cenário reforça a importância da qualificação profissional. "O comércio brasileiro está diante de uma transformação profunda", avalia. "Investir na formação e na atualização dos trabalhadores, como o trabalho que o Senac realiza há 79 anos, por exemplo, é fundamental para que o setor continue crescendo de forma sustentável e garantindo oportunidades em novas áreas de atuação."

Mauro Pinck

Mercado aquecido reforça a importância da qualificação profissional

SESC CELEBRA 79 ANOS COM CAMPANHA INOVADORA QUE UNE COMÉRCIO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O Sesc celebrou seus 79 anos com o lançamento de uma nova campanha publicitária que reforça a relação de afinidade entre a instituição e as empresas do comércio de bens, serviços e turismo.

A peça utiliza recursos de Inteligência Artificial para transformar em imagens frases corriqueiras do dia a dia do comércio, como "Estou dando só uma olhadinha" e "Obrigado pela preferência". Essas expressões ganham vida em um roteiro criativo que coloca em evidência as diversas programações e atividades oferecidas pelo Sesc em todo o Brasil, sempre com foco na qualidade de vida e no bem-estar dos trabalhadores do setor, seus familiares e da população em geral.

A campanha "O que se fala no comércio se vive no Sesc" estreou no dia 13 de setembro, data de aniversário do Sesc, com veiculação simultânea na internet, em todos os estados e no Distrito Federal, ampliando a presença digital da instituição. O vídeo pode ser assistido no canal do Sesc Brasil no YouTube (youtube.com/SescBrasil).

Divulgação

Expressões usadas no dia a dia marcam roteiros criativos

TALENTOS DO SENAC BRILHAM NO RIO E SONHAM COM NOVAS MEDALHAS NA WORLDSKILLS DE XANGAI EM 2026

O Rioscentro, no Rio de Janeiro, foi palco de um espetáculo de talento, dedicação e superação. De 18 a 20 de setembro, 109 alunos do Senac de 23 estados e do Distrito Federal participaram das Competições Senac 2025, maior evento brasileiro de educação profissional para o comércio, que atraiu cerca de 4 mil pessoas por dia. Eram empresários, educadores, estudantes e seus familiares, todos acompanhando de perto o desempenho desses futuros profissionais.

Em dez ocupações do comércio, os competidores enfrentaram desafios que simularam situações complexas do mercado de trabalho, privilegiando a excelência técnica e a criatividade.

Sete dos medalhistas de ouro vão representar o Brasil na WorldSkills Competition, a maior competição de educação profissional do mundo, que será realizada em Xangia, no próximo ano. Karol Vanessa Silva, do Amazonas, na ocupação Florista; Matheus Henrique da Silva, do Paraná, em Serviços de Restaurante; Veronyck Cristina da Silva, de Minas Gerais, em Cuidados de Saúde e Apoio Social; Angélica China Matsuda, do Paraná, em Cabeleireiro; e três jovens do Rio Grande do Sul – Natália da Rosa Corso, em Recepção de Hotel; Maria Eduarda da Silveira, em Estética e Bem-Estar; e Gustavo Ramos Argould, em Cozinha.

Três ocupações estrearam neste ano nas Competições Senac, e também nelas o lugar mais alto do pódio ficou com os gaúchos: Vinicius Alves Fantim, em Aplicações Web e Mobile; Bruno Cesar Souza, em Desenvolvimento de Sistemas; e Beatriz Ribeiro dos Santos, em Confeitaria. Acesse competicoes.senac.br e veja tudo o que rolou no evento.

CNC SESC SENAC
Sistema Sensesc
portaldocomercio.org.br
Descrepancia é a nossa vantagem